

LITERACIA DIGITAL E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA NA IMPLANTAÇÃO DO SEI: uma investigação em andamento

E-mail:
anacarinass068@gmail.com
eliete.santos@servidor.uepb.edu.br
anatertra@fl.uc.pt

Ana Carolina Soares Santos¹, Eliete Correia dos Santos²,
Ana Lúcia Terra³

RESUMO

As instituições, da atualidade, dependem de sistemas digitais para produzir, tramitar, acessar e arquivar documentos etc. Com isso, torna-se necessário políticas e ações que visem o desenvolvimento da Literacia Digital no Brasil. E a Arquivologia Pós-custodial Sistêmica de Portugal retrata uma visão holística que pode fundamentar e orientar os processos de incentivo e promoção da Literacia Digital e direcionar à noção de Governança Arquivística. Nesse sentido, o objetivo geral é promover orientações para construção de políticas de Literacia Digital voltadas à dimensão da macroarquivologia e sistêmica, a partir da realidade do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). E para isso, traçamos os seguintes objetivos específicos a) Depreender como a perspectiva sistêmica, de Portugal, e a noção de Governança Arquivística podem contribuir na estruturação das políticas de Literacia Digital; b) Investigar como as políticas abrangem o desenvolvimento da Literacia Digital direcionado à padronização do SEI; e c) Apontar as estratégias que poderiam ser seguidas para garantir a Literacia Digital em uma dimensão da macroarquivologia e sistêmica. Enquanto metodologia, utilizamos o Método Quadripolar que permite a inter-relação entre os polos epistemológicos, teórico, técnico e morfológico da pesquisa. Consideramos, portanto, que esse estudo contribuirá, significativamente, para o desenvolvimento tecnológico, científico e social do país, uma vez que estuda um tema muito relevante para o contexto arquivístico e social brasileiro associado às inovações tecnológicas.

Palavras-chave: Literacia Digital. Arquivologia Pós-Custodial Sistêmica. Governança Arquivística. Sistema Eletrônico de Informações.

ABSTRACT

In contemporary institutions, digital systems are essential for producing, processing, accessing, and preserving documents. This context highlights the need for policies and actions aimed at developing Digital Literacy in Brazil. The Post-Custodial Systemic Archival Science model from Portugal presents a holistic vision that can guide initiatives to foster Digital Literacy and direct them toward Archival Governance. Thus, this study aims to provide guidelines for building Digital Literacy policies within a macro-archival and systemic dimension, taking the Electronic Information System (SEI) as a reference. The specific objectives are: (a) to analyze how the systemic perspective from Portugal and the concept of Archival Governance can support the structuring of Digital Literacy policies; (b) to investigate how these policies address Digital Literacy development in relation to SEI standardization; and (c) to propose

¹ Mestranda em Gestão de Documentos e Governança Arquivística pelo programa associado entre a UEPB e UFPB (2024-2025). <https://orcid.org/0009-0005-4585-9147>

² Pós-doutorado em Educação Contemporânea pela UFPE - PNPd-CAPES. Doutora em Linguística pelo PROLING/UFPB. Concluiu o doutorado sanduíche (Estágio Avançado de Doutorado), na Universidade do Porto - PT, na interface com o Curso de Ciência da Informação e Linguística. Mestre em Linguagem e Ensino pela UFCG. Possui graduação em Letras e Arquivologia. Atualmente é professora da Universidade Estadual da Paraíba - do Curso de Arquivologia, coordenadora e professora permanente do PPGDARQ-UEPB/UFPB. Profa. Permanente do PPGLE-UFCG. <https://orcid.org/0000-0002-5491-5711>

³ Assistant Professor at the Faculty of Arts and Humanities, University of Coimbra, teaching in the Bachelor's, Master's and Doctoral degrees in Information Science, since November 2020. She holds a PhD in Information Science (2009) from the University of Coimbra, a degree in History and a Master's degree in Modern History from the same institution. She also holds a Specialisation Diploma in Documentation Sciences (Archives and Libraries/Documentation options) from the University of Coimbra. <https://orcid.org/0000-0003-1292-2849>

strategies to ensure Digital Literacy in a macro-archival and systemic approach. Methodologically, the research adopts the Quadripolar Method, which enables the interrelation between epistemological, theoretical, technical, and morphological poles. The study contributes to technological, scientific, and social advancement by addressing a highly relevant theme for the Brazilian archival and social context, closely linked to technological innovation.

Keywords: Digital Literacy. Systemic Post-Custodial Archival Science. Archival Governance. Electronic Information System (SEI)

1 INTRODUÇÃO

A Literacia Digital pode ser entendida como uma competência que permite ao indivíduo manusear e dominar as tecnologias digitais para alcançar determinados interesses no ambiente digital. Nesse sentido, ela indica uma reprodução do aprendizado adquirido através de cursos, palestras, *workshops*, vídeos, manuais etc., ao longo do tempo, podendo ser, inclusive, desenvolvida continuamente. Segundo Pereira (2011) e Aires (2015), a Literacia Digital não se trata, apenas, do indivíduo conseguir ligar um computador, mas envolve os aspectos que o fizeram recordar aquilo que ele aprendeu, ou seja, atributos cognitivos.

A partir disso, podemos compreender que a Literacia Digital está ligada às áreas de educação, inclusive, são amplamente exploradas, devido à sua característica, naturalmente, educativa. A Literacia Digital também é chamada de “letramento” e “alfabetização” digitais, a depender do autor e de suas vertentes científicas, no entanto essa pesquisa padronizará o termo “Literacia Digital”, já que é o termo utilizado em Portugal, onde são desenvolvidos estudos acerca do objeto científico e também será realizada uma das etapas da pesquisa de campo.

Considerando o avanço tecnológico digital, acreditamos que as unidades de informação também estejam à frente dessas descobertas científicas, no que diz respeito à Literacia Digital, isso porque os profissionais da informação – arquivistas, bibliotecários, museólogos etc., precisam dominar as tecnologias digitais para cumprirem suas atribuições para com seus objetos científicos e em prol da Sociedade da Informação. Seguindo essa linha de pensamento, autores como Cerqueira (2022), Aguiar (2023), Gonçalves (2022), Santos e Santos (2023; 2025), Santos et al. (2023), Aires (2015), Loureiro e Rocha (2012), Santos, Azevedo e Pedro (2015), Silva (2008) etc., pesquisam acerca da Literacia Digital.

No periódico do Conselho Técnico-Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (CAPES), os termos “Literacia Digital” inferiram 68 resultados, com recorte temporal de 2018-2025, sendo apenas um direcionado aos arquivos. Já com relação às “políticas de Literacia Digital” não obtivemos nenhum resultado.

A Literacia Digital é fundamental para o contexto atual, e os estudos científicos cumprem um papel crucial na sua promoção. Diante do constante avanço tecnológico, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas que incorporem a Literacia Digital à realidade das organizações. Quando pensadas de forma contínua, essas estratégias contribuem para a melhoria das atividades, o aprimoramento dos serviços, o domínio da operacionalização, o acompanhamento das transformações e o apoio às inovações tecnológicas.

Nesse cenário, a Governança se apresenta como elemento essencial, pois é por meio dela que se viabiliza a validação e o cumprimento dessas políticas. Atualmente, a Governança representa um diferencial competitivo nas organizações, o que tem impulsionado sua presença em diversas áreas do conhecimento. Assim, é comum encontrarmos Governanças tributária, orçamentária, ambiental, da informação, trabalhista, financeira, pública, corporativa, organizacional, entre outras, cada uma com suas especificidades, mas todas contribuindo para uma gestão mais eficaz e estratégica.

A Governança Arquivística ainda é “embrionária”, termo utilizado nos textos de Jardim (2018a), pois suas concepções ainda estão sendo desenvolvidas. Por este motivo, o periódico da CAPES apresenta apenas 4 obras voltadas ao assunto. Sobretudo, a Governança Arquivística pode ser entendida como as ações que envolvem diversos agentes (arquivísticos ou não), a partir da dimensão da macroarquivologia, capaz de conceber e/ou fortalecer políticas, programas, recursos, rede de contatos, agências, legislação e outros. Tendo como objetivo a Gestão Arquivística, a Governança acima referida se aproxima da Administração, no sentido de abranger atividades de Planejamento, Organização, Direção e Controle (PODC) para efetivar os aspectos da macroarquivologia.

Nesse contexto social, o uso de plataformas e sistemas tem se tornado, visivelmente, expandido, principalmente nas organizações, levando em conta sua agilidade na realização de processos, superando as barreiras espaço-temporais. Contudo, para que essa implantação aconteça de modo assertivo, é necessário, sobretudo, que se estabeleçam políticas de Literacia Digital que englobem as ações de aplicação de sistemas voltadas aos colaboradores, bem como o acompanhamento e desenvolvimento deles no que tange suas habilidades digitais nesses ambientes. Dessa forma, os colaboradores poderão executar os serviços com mais segurança, uma vez que foram preparados para atuar nessas novas aplicações.

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é uma plataforma destinada à criação, tramitação e arquivamento de processos eletrônicos, integrando-se atualmente às rotinas administrativas de diversos órgãos nas esferas federal e estadual. De acordo com o Portal do Software Público Brasileiro (2015), o SEI foi desenvolvido, em 2013, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Trata-se de um sistema gratuito, cuja adoção vem se expandindo entre os órgãos públicos. No contexto desta pesquisa, será dada ênfase a uma amostra que contempla instituições nos estados da Paraíba, Pernambuco e Minas Gerais.

Acreditamos que para implantação de sistemas digitais nas organizações é necessário desenvolver estratégias e políticas direcionadas ao usuário que, na investigação em questão, é o colaborador. O Governo Federal do Brasil busca padronizar a utilização do SEI, que passará a fazer parte de todas as instituições federais. E essa pesquisa tem em vista conhecer como serão realizadas essas mudanças quanto à promoção da Literacia Digital e à Governança Arquivística, especificamente em alguns órgãos estaduais federais do país.

Ao considerar que o SEI é um sistema projetado para executar atividades de natureza arquivística — dada a criação, tramitação e armazenamento de documentos arquivísticos em seu ambiente —, torna-se imprescindível compreender as contribuições da Arquivologia no âmbito das políticas de Literacia Digital aplicadas a sistemas de processos eletrônicos, especialmente os de caráter arquivístico.

A Arquivologia, embora recente como ciência formal, tem como objeto de estudo práticas documentais que acompanham a história da humanidade desde os seus primórdios. Sua consolidação como campo científico passou por transformações significativas, que contribuíram para a formulação das perspectivas e dos princípios atualmente adotados por arquivistas e pesquisadores da área. Esses avanços caracterizam a fase da chamada Arquivologia Contemporânea, iniciada por volta da década de 1990, segundo Freitas (2017).

Essa evolução pode ser compreendida por meio das fases custodial e pós-custodial da Arquivologia. A fase custodial corresponde ao período de estruturação inicial da área, marcado pela formulação dos primeiros princípios e pela produção das obras fundadoras da disciplina. Já a fase pós-custodial representa um momento de revisão crítica e mudanças paradigmáticas, quando surgem os primeiros documentos digitais e se intensificam os debates sobre a Informação Arquivística.

A partir desse contexto, emergem novas abordagens teóricas. Neste estudo, destacamos especialmente as correntes canadense e portuguesa, ambas amplamente discutidas na literatura. Damos ênfase à abordagem sistêmica, desenvolvida e difundida em Portugal, a qual concebe o arquivo como um sistema integrado, cuja estrutura está interligada por relações de dependência funcional. Essa perspectiva se mostra particularmente relevante para a compreensão da Governança Arquivística — tema amplamente discutido por autores como Jardim (2018a; 2018b), Galdino (2018), Ramos (2021), Oliveira (2022), Maluf (2023), Silva (2022) e Maluf e Silva (2024).

Diante desse panorama, elaboramos as seguintes questões:

- I. Como os estudos sistêmicos, inspirados por profissionais portugueses, podem contribuir na compreensão e ampliação da noção Governança Arquivística, considerando as políticas de Literacia Digital?
- II. De que maneira as políticas do SEI estão direcionadas ao desenvolvimento da Literacia Digital dos servidores para servir como “ponto de partida” na formulação de uma política de Literacia Digital referencial?

Esse estudo parte de duas problematizações que permitirão o melhor entendimento das políticas de Literacia Digital do SEI, baseando-se no paradigma sistêmico de Portugal e na dimensão da macroarquivologia da Governança Arquivística. As respostas a esses questionamentos são basilares para a compreensão das políticas e estratégias para a padronização do SEI nas instituições, assim como basear a implantação de outros sistemas, de modo geral.

Algumas pesquisas já publicadas sobre o SEI, no periódico da CAPES, através dos indicadores *booleanos* e termo “Sistema Eletrônico de Informações” apresentam duas páginas de resultados, sendo obtidos 37 artigos. Com os termos “Sistema Eletrônico de Informações” and arq* apenas 5 artigos estão voltados à área da Arquivologia, sendo todos direcionados à dimensão da microarquivologia, ou seja, às atividades e processos arquivísticos realizados no arquivo. Então, constatamos que estudos como este ainda não foram desenvolvidos e ressaltamos sua importância no cenário atual.

Com base nas considerações anteriores, essa pesquisa tem como objetivo geral promover orientações para construção de políticas de Literacia Digital voltadas à dimensão da macroarquivologia e sistêmica, a partir da realidade do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Para isso, são traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Depreender como a perspectiva sistêmica, explorada em Portugal, e a noção de Governança Arquivística podem contribuir na estruturação das políticas de Literacia Digital;
- b) Investigar como as políticas abrangem o desenvolvimento da Literacia Digital direcionado à padronização do SEI e;
- c) Apontar as estratégias que poderiam ser seguidas para garantir a Literacia Digital em uma dimensão da macroarquivologia e sistêmica.

A Literacia Digital assume papel estratégico no contexto atual, especialmente diante da crescente digitalização dos processos e da necessidade de domínio crítico sobre o uso das tecnologias da informação. No âmbito arquivístico, sua relevância é ainda mais evidente, considerando os desafios associados à produção, tramitação, preservação e acesso a documentos digitais em ambientes eletrônicos. Promover a Literacia Digital entre os profissionais e usuários da informação arquivística contribui diretamente para a qualificação da gestão documental, a segurança da informação e a efetividade das políticas públicas de transparência e acesso.

Essa pesquisa está alinhada à área de concentração **Gestão e Governança da Informação Arquivística** e à linha de pesquisa **“Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares”** do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ), desenvolvido em associação entre a UEPB e a UFPB.

2 LITERACIA DIGITAL E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Sobretudo, o termo Literacia Digital surge de forma isolada, na área da educação, sendo a que até hoje mais discute o assunto. Atualmente, as áreas que lidam com informação, como a CI, por exemplo, também se dedicam a estudá-la. A Literacia Digital pode ser entendida como as habilidades adquiridas ao longo do tempo, a qual possibilita a competência digital, ou seja, a capacidade de utilizar as tecnologias digitais. Capobianco (2010) aponta que os estudiosos conceituam a Literacia Digital como as habilidades de utilização de computadores e navegação na internet. Então, a literacia nesse contexto informatizado pode ser entendida como:

[...] às práticas sociais do dia-a-dia, à participação em múltiplas comunidades de significado, aos contextos mediados por instrumentos diversos que exigem uma grande variedade de competências específicas. Neste sentido, o conceito de literacia, ou melhor, de literacias digitais que defendemos, é complexamente social, mediatizado, digital e multimodal” (Aires, 2015, p. 4-5).

Essa afirmação evidencia que a literacia está diretamente relacionada ao desenvolvimento de competências específicas em determinados contextos. No caso da Literacia Digital, trata-se do domínio de competências digitais, indispensáveis para a atuação nos diversos ambientes mediados por tecnologias e práticas sociais contemporâneas. Para mais, a Literacia Digital possui caráter social e pode ser realizada de muitos modos. Nessa obra, a autora também defende a relação entre a Literacia Digital e a Competência Digital. Essa ligação é necessária para compreender o conceito de Literacia Digital. Em suma, torna-se fundamental ter um olhar de que ela não existe sem a Competência Digital, uma vez que elas são indissociáveis. Pereira (2011, p. 38) reforça essa ideia ao apontar que “as competências digitais e ligação à Literacia Digital são temas recorrentes na investigação internacional.”

As perspectivas dominantes da Literacia Digital, são: a literacia pode ser um conjunto de **habilidades técnicas** ou **cognitivas**, seguindo a primeira um enfoque conceitual e a segunda operacional (Aires, 2015, grifo nosso). À vista disso, Santos e Santos (2023) explicam que, as habilidades técnicas dizem respeito ao conhecimento sobre o funcionamento dos meios informacionais, situando-se, portanto, em um contexto conceitual. Já as habilidades cognitivas estão mais relacionadas às capacidades mentais envolvidas na lembrança, no pensamento e na reflexão sobre o que foi aprendido, integrando, assim, o processo de construção e desenvolvimento do conhecimento. Por esse motivo, também envolvem aspectos operacionais.

Pereira (2011) aborda uma perspectiva ampliada destas apresentadas anteriormente, segundo o autor, a Literacia Digital não só pode ser vista como um conjunto de habilidades técnicas, mas também como o uso desse aprendizado para satisfazer determinada necessidade do indivíduo. Ele também destaca que o indivíduo que possui Literacia Digital pode ter papel ativo perante a escrita, linguagem etc.

Pereira (2011) e Aires (2015) convergem entre seus posicionamentos ao considerarem que a Literacia Digital pode ser compreendida além de técnicas, ou seja, não basta simplesmente saber ligar e manusear um computador ou outros tipos de equipamentos digitais, é preciso ainda que o indivíduo recorde o que aprendeu e interaja com a máquina para acessar o que deseja. Já para Almeida (2023, p. 70), “a Literacia é mais do que um ato cognitivo, ela tem uma vertente social indissociável”. Ou seja, parte de um resultado que é fruto de uma ação e/ou necessidade significativamente social.

Seguindo essa linha de percepção, Silva (2012) destaca que caracterizar a Literacia Digital como habilidades digitais para utilizar os ambientes virtuais implica em uma perspectiva reducionista, pois a Literacia Digital diz respeito a algo maior, tal como: **aprender como aprender**, provocando no indivíduo um papel ativo na busca pelo conhecimento. Considerando esses aspectos, o autor acredita que deveria ser utilizado o termo “literacias” e não a expressão “literacia” (Silva, 2012, grifo nosso).

A Literacia Digital é indispensável para melhor oferecer os serviços através dos ambientes digitais. Diante do cenário pandêmico, em 2020 e 2021, a Literacia Digital foi exigida nos ambientes organizacionais, bem como no âmbito social em geral para enfrentar os desafios provocados pelo Coronavírus. Ainda com maior frequência, muitas empresas, escolas, igrejas etc. aderem às plataformas digitais para realizar suas atividades, seja de modo parcial ou total. Sendo assim, a Comissão Europeia (2022) defende que a Literacia Digital nunca foi tão fundamental quanto na realidade atual.

A Sociedade da Informação, antes e pós-contexto pandêmico, de maneira mais intensificada, considera a necessidade de estar informado fundamental para viver em sociedade, isso porque a informação, se comparada a um tempo passado, está, exponencialmente, disponível em diversas plataformas digitais. Levando em conta que os profissionais da informação possuem o fornecimento dessas informações como uma das funções primordiais, Ferreira, Dieguez e Terra (2017) apontam que, os profissionais da informação mantêm o mesmo papel, no entanto, com essa inserção tecnológica, torna-se possível aperfeiçoar seus serviços, bem como a criação de novos serviços.

Ao arquivista, enquanto profissional da informação, é enquadrada a responsabilidade de promover a Literacia Digital a sua equipe para que eles atendam às demandas impostas por esta sociedade. Conforme a pesquisa de Santos (2023), mesmo com o avanço exponencial dos sistemas digitais, alguns colaboradores sentem dificuldade em acessá-los, em alguns casos por falta de treinamento e/ou experiência prática, que, certamente, são requisitos básicos para promover e desenvolver a Literacia Digital dessas pessoas. Esses relatos decorrem de vários contextos que precisam ser investigados para que haja medidas que sanem essas dificuldades.

Ao analisar a literatura arquivística, constatamos que essa foi a primeira pesquisa sobre Literacia Digital em arquivos. Em uma posterior investigação, resultado do trabalho citado no parágrafo anterior desse texto, Santos et al. (2023) desenvolvem uma revisão da literatura acerca dos impactos que a Literacia Digital pode acarretar nos espaços arquivísticos.

De acordo com eles, a aplicação de estratégias da Literacia Digital pode impactar a cultura organizacional, comunicação, tratamento arquivístico, acesso à informação, mudança da infraestrutura, visão estratégica, incentivo e motivação. Em face disso, os autores defendem que a mudança desses fatores será necessária para enfrentar os desafios da Arquivologia Contemporânea, sendo o arquivista o principal potencializador da sua equipe (Santos et al., 2023).

Considerando a crescente evolução das tecnologias digitais e as frequentes mudanças organizacionais, a promoção da Literacia Digital é colocada como uma ferramenta estratégica para a atuação dos arquivistas e colaboradores que, na realidade atual, desperta-os a repensar e criar novas maneiras de trabalho e de adaptação, no sentido de aprimorar as atividades arquivísticas constantemente.

No entanto, trabalhar a Literacia Digital da equipe é mais difícil do que parece. Não basta apenas fornecer treinamentos nos ambientes organizacionais, é preciso que outros atores (arquivísticos ou não) estejam envolvidos para construir estratégias sólidas para que essas ações se apoiem nas políticas de Literacia Digital e, conseqüentemente, essas práticas estejam fortalecidas. Nesse sentido, a Governança Arquivística entra no contexto arquivístico para permitir que exista uma expansão das possibilidades.

Por isso, a visão de Governança Arquivística pode ser capaz de ampliar o desenvolvimento da Literacia Digital não só nos arquivos, mas para além dele, ou seja, nas instituições, especificamente nos usuários da informação, visto que as pessoas precisam desenvolver a Literacia Digital para realizar seu trabalho. À vista disso, o avanço tecnológico em conjunto com as necessidades da sociedade direcionada aos aspectos macroarquivísticos, nos quais está inserida a Governança Arquivística, possibilita uma amplitude de possibilidades para o desenvolvimento da Literacia Digital.

Diante do exposto, a Literacia Digital viabiliza a aplicação dos aspectos macroarquivísticos, permitindo maior agilidade e eficiência nos processos, uma vez que seriam melhor desenvolvidos, como destaca Jardim (2018b), os planejamentos e processos de organização e funcionamento, programas, projetos, políticas, redes e sistemas etc. Permitindo, assim, grandes avanços para o desenvolvimento da Literacia Digital nas instituições e fortalecimento da Governança Arquivística, como aprofundaremos no capítulo posterior.

Na Arquivologia, há um movimento constante de reflexão em busca de novas abordagens capazes de enfrentar os desafios contemporâneos relacionados à organização, gestão, tratamento e preservação dos documentos digitais. Nesse cenário, observa-se, como aponta Galdino (2018), uma forte conexão da disciplina com áreas como Administração, Ciência Política e Sociologia das Organizações. A Governança Arquivística, enquanto conceito emergente, tem se destacado como uma alternativa promissora para compreender e responder às transformações impulsionadas pelas tecnologias digitais.

Segundo Ramos (2021), a adoção da governança pelas instituições arquivísticas resulta em duas mudanças principais: 1) novas posturas institucionais, que ampliam a produção e o acesso à informação, considerando as demandas sociais; 2) o surgimento de ações inovadoras nesse ambiente. Tais práticas demonstram que, ao se alinhar às dinâmicas sociais, os arquivos enfrentam desafios que podem ser atenuados pela governança, a qual promove novas reflexões e práticas no campo arquivístico.

A Governança Arquivística é uma perspectiva “embrionária” na Arquivologia (Jardim, 2018b). Embora seja essencial para a área, ainda existem poucos estudos direcionados a ela. No periódico da CAPES, com um recorte temporal de 2018-2025, foram recuperadas apenas 4 produções científicas, com os termos de busca “governança arquivística”, que serão apresentadas a seguir.

Quadro 1 – Produções do periódico da CAPES referente à “governança arquivística”

Autores	Textos	Ano	Hiperlinks
Melo, Josemar Henrique de Silva, Julianne Teixeira e Esteves, Rita de Cássia São Paio Azeredo	Análise dos decretos estaduais sobre sistemas eletrônicos de gestão de documentos à luz da governança arquivística	2022	https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/busca.html?task=detalhes&source=all&id=W4283736778
Germano, Alessandra de Carvalho.	A governança na Arquivologia: desafios	2018	https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/busca.html?task=detalhes&source=all&id=W2883244801
Silva, Ney Lúcio da. Parrela, Ivana Denise.	Preservação, gerenciamento e governança arquivísticos na Justiça Eleitoral de Minas Gerais	2023	https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/busca.html?task=detalhes&source

			=all&id=W4389063857
Matos, Maria Teresa Navarro de Britto.	Governança e arquivos: a gestão Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia (1959-1969)	2018	https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W2884518450

Fonte: Elaboração própria (2025).

No periódico da BDTD não encontramos nenhuma obra científica como também na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Já na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) localizamos 13 produções, sendo 2 repetidas nas bases anteriormente pesquisadas, conforme os mesmos termos de busca e recorte temporal, apresentadas abaixo.

Quadro 2 – Produções da BRAPCI referente à “governança arquivística”

Autores	Textos	Ano	Hiperlinks
Maluf, Izabela Mirna Pinto; Silva, Welder Antônio.	A noção de governança arquivística no contexto brasileiro: em busca de perspectivas de observação	2024	https://brapci.inf.br/v/253473
Matos, Maria Teresa Navarro de Britto.	Governança e jurisdição arquivística no Brasil: desafios e perspectivas dos arquivos deslocados	2024	https://brapci.inf.br/v/340033
Mendes, Emerson Flavio da Silva; Silva, Welder Antônio.	A gestão de documentos alinhada à gestão da qualidade: uma análise a partir da aplicação das normas isso	2024	https://brapci.inf.br/v/255854
Santana, Sérgio Rodrigues; Martins, Eliane Epifane; Costa, Daniel Jackson Estevam da.	Desclassificação arquivística para arquivos pessoais: um estudo exploratório e epistêmico no âmbito da governança arquivística a partir da teoria de Garcia Gutierrez	2024	https://brapci.inf.br/v/324069
Conceição, Rafael da; Mintegui, Evelin Melo.	Indícios de estratégias de governança arquivística nas postagens do arquivo nacional no Twitter	2023	https://brapci.inf.br/v/324856
Geraldes, Cláudia Dias; Schnorrenberger, Darci.	Avaliação de desempenho da gestão de documentos no ministério da saúde	2023	https://brapci.inf.br/v/229602
Silva, Ney Lúcio da. Parrela, Ivana Denise.	Preservação, gerenciamento e governança arquivísticos na justiça eleitoral de minas gerais	2023	https://brapci.inf.br/v/229261
Melo, Josemar Henrique de Silva, Julianne Teixeira e Esteves, Rita de Cássia São Paio Azeredo	Análise dos decretos estaduais sobre sistemas eletrônicos de gestão de documentos à luz da governança arquivística	2022	https://brapci.inf.br/v/194697

Costa, Alexandre de Souza.	A série de normas ISO 30300 como instrumento de governança informacional em organizações privadas: um estudo exploratório	2021	https://brapci.inf.br/v/161428
Cunha, Francisco José Aragão Pedroza; Matos, Maria Teresa Navarro de Britto; Lima, Gillian Leandro de Queiroga.	Editorial governança arquivística no âmbito de organizações públicas e privadas: perspectivas e limitações	2021	https://brapci.inf.br/v/161425
Ramos, Ana Paula dos Santos.	Gestão dos processos administrativos de rh: indícios da necessidade de adoção da noção de governança arquivística na esfera pública municipal	2021	https://brapci.inf.br/v/161440
Jardim, José Maria.	Governança arquivística: um território a ser explorado	2019	https://brapci.inf.br/v/309974
Jardim, José Maria.	Governança arquivística: contornos para uma noção	2018	https://brapci.inf.br/v/107067

Fonte: Elaboração própria (2025).

À vista desses quadros, percebemos que a governança arquivística ainda está sendo explorada na literatura arquivística e, por este motivo, ainda há uma limitação na quantidade de produções acerca do assunto. Diante das produções científicas, não foi encontrada nenhuma obra voltada à Literacia Digital que é objeto científico dessa pesquisa.

Jardim (2018b) destaca que a governança arquivística se estrutura como um conjunto de ações transversais que dialogam não apenas com a administração das instituições arquivísticas, mas também com políticas, programas de informação e setores diversos da sociedade. Assim, sua atuação ultrapassa os limites do arquivo e da própria institucionalidade, articulando-se em uma rede de interesses e atores estatais e sociais. Oliveira (2022) reforça essa ideia ao considerar que esse processo deve ser fundamentado em regras e princípios democráticos, garantindo um ambiente de cooperação e transversalidade.

Outro ponto essencial refere-se à relação da governança com a missão institucional. Para Oliveira (2022), é justamente a missão que confere identidade à instituição, refletindo seus objetivos, compromissos e pactos sociais. Dessa forma, a governança arquivística não se restringe ao aspecto técnico, mas vincula-se também à legitimidade social e estratégica das organizações.

De acordo com Jardim (2018a), a governança arquivística tem como objeto a gestão arquivística, que, na prática, envolve o planejamento, a execução e a avaliação das funções arquivísticas, sempre em interlocução com a Administração. A literatura da área, no entanto, concentra-se majoritariamente nos aspectos internos do arquivo, deixando em aberto lacunas quanto aos fatores estratégicos que extrapolam os limites institucionais, como infraestrutura, pessoas, orçamento, legislação e tecnologias.

Nesse sentido, enquanto a gestão arquivística está vinculada ao governo dos arquivos, a governança amplia essa perspectiva, sem negar sua importância, ao propor práticas colaborativas que consolidem os processos de gestão (Jardim, 2018a). Para Jardim (2018b), uma gestão frágil não comporta um modelo consistente de governança. Já Galdino (2018) acrescenta que a boa governança se reflete não apenas na gestão, mas também na preservação da memória.

Essa dimensão ampliada da governança arquivística encontra respaldo na macroarquivologia, que propõe um olhar para além dos limites internos do arquivo (Jardim, 2018b; Maluf, 2023). Conforme Ramos (2021), trata-se de “pensar o arquivo” estrategicamente, de modo a articular normas, contextos e instrumentos externos à unidade arquivística. Jardim (2018b) recorda que a distinção entre micro e macroarquivologia foi introduzida em 1970, por José Manuel Mata Castellón. A microarquivologia abrange funções internas, como organização, classificação, avaliação e preservação de documentos; já a macroarquivologia incorpora ações de maior amplitude, envolvendo o diálogo do arquivista com outras esferas institucionais e sociais.

Embora a microarquivologia tenha recebido maior atenção devido às demandas históricas de organização e tratamento documental, a macroarquivologia ainda é pouco explorada, o que gera lacunas tanto teóricas quanto práticas (Jardim, 2018b). Nesse ponto, a governança arquivística possibilita a construção de um perfil profissional mais dinâmico, que atua para além das fronteiras do arquivo, estabelecendo conexões estratégicas e utilizando diferentes instrumentos para resolver problemas internos e externos.

Oliveira e Pinto (2017) consideram a importância da abordagem sistêmica e holística, pois ela envolve a instituição, atores, atividades, os sistemas tecnológicos digitais, dentre outros. Ou seja, ela engloba diversos aspectos, sistematicamente, que também podemos relacionar a uma dimensão macroarquivística, a qual engloba agências, conselhos, outras instituições, associações, programas e projetos, redes de contato, entre outros. Com isso, surge os primeiros estudos sobre Governança Arquivística.

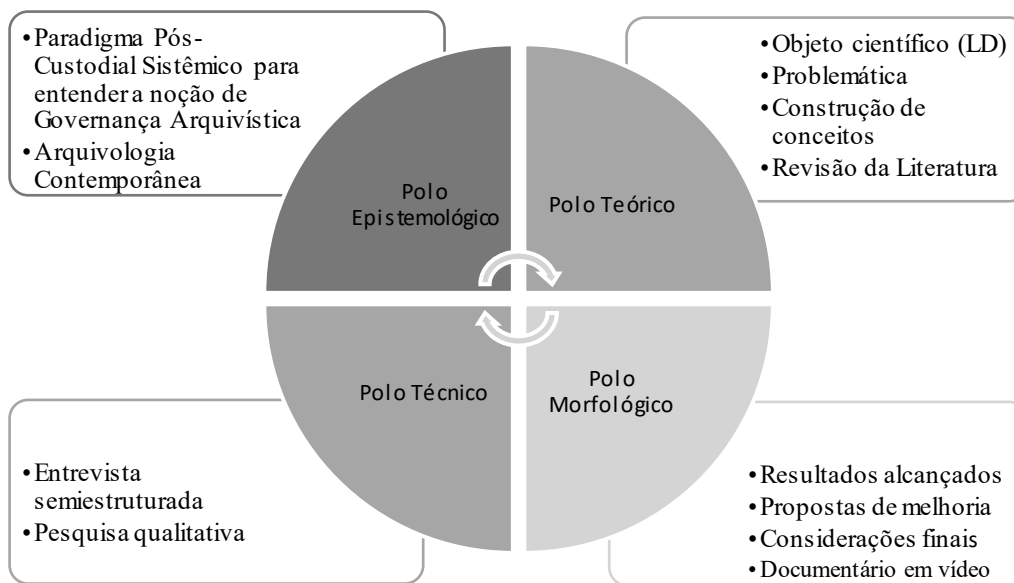
É nesse cenário de transformação e ampliação epistemológica que emergem as abordagens sistêmicas e macroarquivísticas, essenciais para fundamentar a Governança Arquivística. A perspectiva sistêmica compreende os arquivos como partes interdependentes de um sistema mais amplo, que envolve estruturas organizacionais, fluxos de informação, atores institucionais e tecnologias. Essa visão se alinha à macroarquivologia, que analisa os arquivos em sua inserção nas políticas públicas, nas redes institucionais e nos sistemas de governança. Dessa forma, entende-se que a Governança Arquivística exige uma articulação entre diferentes níveis e dimensões — normativas, técnicas, políticas e sociais —, visando à integração de práticas, à corresponsabilidade entre os agentes e à efetividade das ações estratégicas. A adoção desse paradigma é especialmente relevante em contextos complexos como o da administração pública, onde os arquivos desempenham papel central na promoção da transparência, na eficiência institucional e na garantia de direitos.

3 METÓDO QUADRIPOLAR

O método Quadripolar é ideal quando tratamos de correntes teóricas da Arquivologia, como o paradigma Sistêmico, para entender a noção Governança Arquivística e investigar a influência da Literacia Digital com uma ótica sistêmica e holística. É uma abordagem muito utilizada pelos profissionais da informação, pois estuda a interdisciplinaridade e seu impacto direto no desempenho profissional.

Ferreira, Dieguez e Terra (2017) retratam que o Método Quadripolar foi proposto, em 1974, por B. de Bruyne e outros autores, sendo ele reconhecido e utilizado globalmente nos estudos em Ciência da Informação. O Método Quadripolar reflete vários conhecimentos que podem ser aplicados na pesquisa de modo dinâmico e interpolar, explica Rocha e Terra (2017). Nesse sentido, Silva (2014) apresenta os polos que o método é composto: Epistemológico, Teórico, Técnico e Morfológico, os quais interagem entre si e permitem uma formulação sistêmica e holística do objeto científico. No que diz respeito a esse estudo, o Método Quadripolar se adequaria da seguinte maneira:

Figura 1 – Método Quadripolar e sua aplicação nessa pesquisa



Fonte: Ferreira, Dieguez e Terra (2017, com adaptações).

Nas próximas subseções abordaremos, de maneira mais detalhada, como cada polo atuará no desenvolvimento da presente pesquisa.

3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA

Como apresentado na Figura 24, no **Polo epistemológico**, essa pesquisa parte do paradigma Pós-Custodial Sistêmico para compreender como se caracteriza a noção de Governança Arquivística para um futuro aprofundamento direcionado às políticas e ações da Literacia Digital, que é o objeto científico dessa investigação. Estando este polo, marcado pela Arquivologia Contemporânea, uma vez que envolvem discussões atuais que inibem os desafios e transformações enfrentados pela área nos contextos técnico, social e digital.

E que é definido com precisão no **Polo Teórico**, momento no qual são realizadas pesquisas bibliográficas que formulam os conceitos e discussões acerca do objeto de estudo e sua relação contextual. Baseando-se nos objetivos principal e específicos, será utilizada a pesquisa exploratória e descritiva; conforme Rodrigues (2007), a pesquisa exploratória permite ao investigador conhecer mais o problema ao realizar a pesquisa bibliográfica. E a pesquisa descritiva: “observa, registra e analisa os fenômenos, sem manipulá-los. É muito utilizada em pesquisas sociais. Procura descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, sua relação com outros fenômenos” (Danton, 2002, p. 10). Nesse sentido, busca-se conhecer e analisar o objeto de estudo – Literacia Digital.

Na utilização dos procedimentos de coleta, realizamos a pesquisa bibliográfica, a qual Danton (2002) caracteriza o início de toda pesquisa através da consulta na literatura. Além das bases literárias do Brasil, torna-se necessário acessar e compreender as produções científicas de Portugal para esclarecer e relacioná-las à noção de Governança Arquivística.

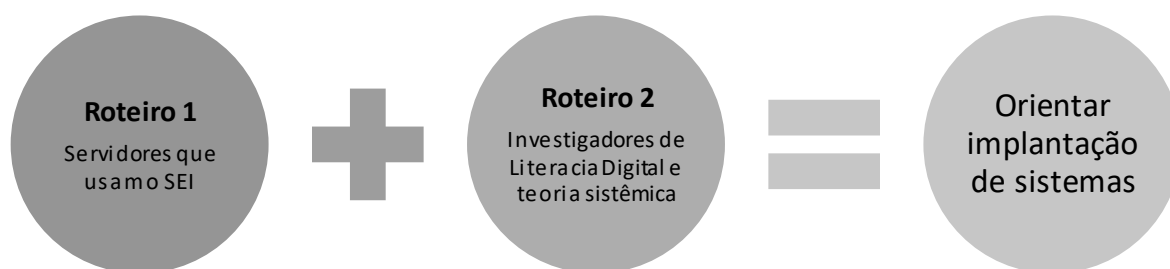
Outro procedimento utilizado é a pesquisa de campo que, segundo Prodanov e Freitas (2013), tem como finalidade a obtenção de informações ou conhecimentos sobre um problema, hipótese ou fenômeno, por meio da observação direta da realidade e da análise de dados coletados no ambiente onde os fatos ocorrem naturalmente. Sob essa ótica, os autores consideram que existem três fases da pesquisa de campo:

- 1) Realização da pesquisa bibliográfica;
- 2) Escolhas das técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na definição da amostra;
- 3) Estabelecer as técnicas de registro desses dados como também as técnicas que serão utilizadas em sua análise posterior (Prodanov; Freitas, 2013).

Sendo a primeira abordada anteriormente, já que se trata do passo inicial da pesquisa. Enfatizamos que a técnica de registro utilizada foi a observação direta intensiva que Prodanov e Freitas (2013) apontam que acontece por meio da entrevista, o qual é o instrumento da nossa coleta.

Já no **Polo Técnico** se enquadra a entrevista semiestruturada, sendo ela considerada, como instrumento, que permite “[...] que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 72). À vista disso, é possível explorar o tema e, assim, formular outras questões que possam surgir durante a entrevista, bem como permitir maior expressividade e segurança nas respostas por parte do participante. Sobretudo, elaboramos dois roteiros distintos, conforme a figura apresenta.

Figura 2 – Panorama das entrevistas



Fonte: Elaboração própria (2025).

A partir dessa figura, notamos que essa pesquisa de campo consistirá em dois momentos. No primeiro, a aplicação da entrevista no Brasil, buscando investigar as políticas e ações de Literacia Digital adotadas para padronização do SEI nos órgãos federais e estaduais. Ela foi realizada presencialmente ou virtualmente, conforme necessidade dos participantes. Dentre um universo de mais de 400 instituições, a amostra selecionada é de apenas 5 instituições, seguindo um critério aleatório de escolha. Assim, temos:

Já no segundo momento, que consiste no período de nossa estadia no exterior, também será desenvolvida uma pesquisa de campo em Portugal através de outro roteiro de entrevista que será aplicada entre alguns investigadores que estudam a Literacia Digital e a visão sistêmica, baseado em um critério de seleção mediante as pesquisas desenvolvidas pelos investigadores.

Em Portugal, a proposta de entrevistados estará em torno desses cinco professores e pesquisadores. No entanto, essa pesquisa não se restringe apenas aos participantes mencionados acima, mas também pode abranger pesquisadores indicados pelos entrevistados de países circunvizinhos, como Espanha e França, por exemplo, que poderiam contribuir com o desenvolvimento da pesquisa.

3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Além dos apontamentos anteriores, o **Polo Técnico** contempla a abordagem de pesquisa utilizada que é a qualitativa que permite a análise os dados quanto à subjetividade, a qual consiste em explicar o porquê das coisas e, paralelo a isso, descrever os aspectos da realidade

que não podem ser quantificados (Gerhardt; Silveira, 2009). Ou seja, ela se associa à interpretação de problemas sociais através dos instrumentos e da teoria para analisar os fenômenos. Esses aspectos que a pesquisa traz são essenciais para desenvolver esse estudo, uma vez que é preciso investigar as políticas para desenvolver a Literacia Digital através de uma perspectiva macroarquivística e sistêmica.

Além disso, a entrevista semiestruturada será dividida entre categorias que facilitarão a análise, a discussão dos dados e a organização estrutural do texto, como também a interpretação por parte do leitor, tendo em vista que serão apresentadas por seção perguntas que estão relacionadas entre si por um assunto em específico.

Nesse sentido, as categorias que nortearão os procedimentos de análise adotados nesta pesquisa, sendo apresentadas e detalhadas nos resultados. Essas categorias foram elaboradas com base nos referenciais teóricos discutidos, nas definições conceituais da Governança Arquivística e da Literacia Digital, e na estrutura metodológica da pesquisa, possibilitando uma leitura crítica e sistematizada dos dados empíricos coletados.

E, por último, no **Polo Morfológico**, estando inseridos os resultados obtidos dessas entrevistas, bem como as propostas de melhorias destacadas, a partir dessa análise e discussão das políticas de Literacia Digital do SEI associadas às dimensões da macroarquivologia e sistêmica, as que fundamentarão a construção do Documentário em vídeo que será o produto científico da pesquisa. E ainda, as considerações finais, como fechamento dessa investigação.

4 SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é utilizado para criação e gestão de documentos e processos administrativos, sendo ele desenvolvido, em 2009, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) para atender órgãos públicos do Poder Judiciário. A necessidade da época era criar um sistema que operasse na execução das atividades administrativas eletronicamente. À vista disso, o SEI cria, tramita, arquiva documentos e processos eletrônicos.

Conforme o Portal do Software Público Brasileiro (2015), a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pelos órgãos do Poder Judiciário e o sucesso da iniciativa motivaram a equipe do Projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN) a adaptar o sistema à realidade do Poder Executivo. A infraestrutura do SEI passou a ser compartilhada entre o então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e outros órgãos parceiros. De acordo com dados disponibilizados no site do TRF-4 (2020), mais de 400 órgãos já utilizavam o SEI. No entanto, não foram encontradas informações mais recentes, embora se presume que esse número tenha aumentado desde então.

A construção do SEI, assim como todas as iniciativas estratégicas do governo, pode gerar, como consequência, a construção de atos normativos, que são:

Figura 3 – Atos Normativos do SEI

Decreto nº 11.837, de 21 de dezembro de 2023	Portaria ME nº 294, de 04 de agosto de 2020	Portaria SGC/ME nº 12.706, de 26 de outubro de 2021	Portaria MGI/SSC nº 1.172, de 21 de fevereiro de 2025	Instrução Normativa DAL/SGC nº 107, de 23 de novembro de 2021	Instrução Normativa DAL/SGC nº 23, de 9 de maio de 2022
Dispõe sobre o compartilhamento de serviços de suporte administrativo de que tratam os §2º e 3º do art. 50 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e institui o Centro de Serviços Compartilhados e o Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados	Instituiu o Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito do Ministério da Economia. Revogada pela Portaria MGI/SSC nº 1.172, de 21 de fevereiro de 2025.	Dispõe sobre as ferramentas destinadas à gestão e à divulgação de atos internos no âmbito do Ministério da Economia. Instituiu Boletim de Serviço do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/ME).	Instituiu a gestão documental, o Sistema Eletrônico de Informações - SEI/ColaboraGov e os meios oficiais de publicação de atos internos no âmbito do Centro de Serviços Compartilhados - ColaboraGov.	Dispõe sobre as ferramentas destinadas à gestão e à divulgação de atos internos no âmbito do Ministério da Economia. Instituiu o Boletim de Serviço do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/ME).	Define normas, rotinas e procedimentos para utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito do Ministério da Economia.

Fonte: Gov.br (2020a, com adaptações).

Diante do levantamento dos atos normativos do SEI, constatamos que, embora haja um esforço de regulamentação das atividades e atribuições dos envolvidos, não há diretrizes específicas voltadas ao desenvolvimento da literacia digital dos usuários. A Instrução Normativa de 2022, por exemplo, ainda que represente um avanço na formalização de procedimentos, não contempla ações educativas que promovam o domínio crítico e reflexivo das tecnologias utilizadas. Tal ausência evidencia uma lacuna normativa que pode comprometer a eficácia do uso do sistema, sobretudo no que diz respeito à capacitação técnica e à autonomia digital dos servidores. Diante disso, torna-se relevante analisar o que tem sido produzido na literatura acadêmica sobre o SEI, a fim de compreender como essas questões vêm sendo discutidas e quais caminhos têm sido propostos.

4.1 INSTRUMENTOS DO SEI PARA DESENVOLVIMENTO DA LITERACIA DIGITAL

No *site* do Gov.br (2020a), conseguimos encontrar serviços voltados a usuários internos e externos, contendo também o *hyperlink* da **Cartilha do Usuário Externo e Interno**, sendo que para o interno também é disposto o acesso ao sistema e as Boas Práticas para o uso do SEI, estando parte delas na própria cartilha. A apresentação das cartilhas é pontuada da seguinte maneira⁴.

⁴ Ver cartilhas nos links a seguir:

Usuário interno: https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei/arquivo/00-cartilha_usuario_sei_out-23.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

Usuário externo: https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei/arquivo/00-cartilha_usuario_externo_sei.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

Quadro 3 – Tópicos da Cartilha de Usuários Internos e Externos

INTERNO	EXTERNO
<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos de SEI • Operações básicas com processos • Operações básicas com documentos • Assinaturas • Publicação Eletrônica • Integração com o e-processo • Expedição de documentos • Envio externo de processos (tramita Gov.br) • Recuperando informações • Painel de controle • Usuário externo • Arquivamento e • Boas práticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolização de documentos; • Cadastramento de usuário externo; • Acesso ao sistema; • Acesso externo aos processos; • Peticionamento eletrônico; • Informação Eletrônica; • Push e; • Autenticidade de documentos.

Fonte: Elaboração própria (2025).

No que se refere aos usuários internos é disponibilizada uma **Cartilha de Procedimentos para Digitalização de Documentos e Processos**⁵, separada desta anterior. Com relação a essa pesquisa não buscamos analisar as funcionalidades do sistema, mas sim apresentar esses instrumentos e compreender como o colaborador está desenvolvendo essas habilidades que envolve uma série de estratégias políticas, organizacionais e até mesmo individuais. Nesse sentido, buscamos compreender se a cartilha e outros instrumentos são facilitadores na prática e o que poderia ser melhorado.

Além disso, encontramos **Guias**, um voltado a uma atualização da versão para a 4.0 que mostra as alterações existentes⁶ e o outro que diz respeito à utilização do Boletim de Serviço Eletrônico do SEI/MGI⁷. Existe também um **Manual do Usuário Externo do SEI** que integra algumas atividades semelhantes às da Cartilha de Usuário Externo, no entanto engloba mais funcionalidades.

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) também oferta cursos que facilitam o uso do SEI, um mais específico que é o **Curso SEI! USAR**⁸, direcionado aos servidores públicos, mas também pode ser utilizado para o público em geral. Além desse, também são disponibilizados os complementares **Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental e Acesso à Informação**⁹(Gov.br, 2020a).

Diante do levantamento realizado, observa-se que há uma variedade de instrumentos voltados à orientação dos usuários do SEI, como cartilhas, manuais, guias e cursos disponibilizados em plataformas governamentais. Esses materiais contemplam tanto usuários internos quanto externos, com conteúdos que abordam desde operações básicas no sistema até práticas recomendadas para a digitalização de documentos e o uso de funcionalidades mais

⁵ Cartilha de Digitalização: https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei/arquivo/00-cartilha_digitalizacao_documentos_led-rev-1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

⁶ Ver Guia 1: https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei/arquivo/sei-4-0_comparativo_v3-1-7.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

⁷ Ver Guia 2: https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei/arquivo/boletim-de-servico-eletronico-do-sei_guia-utilizacao.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

⁸ Ver Curso 1: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/74>. Acesso em: 28 jan. 2025.

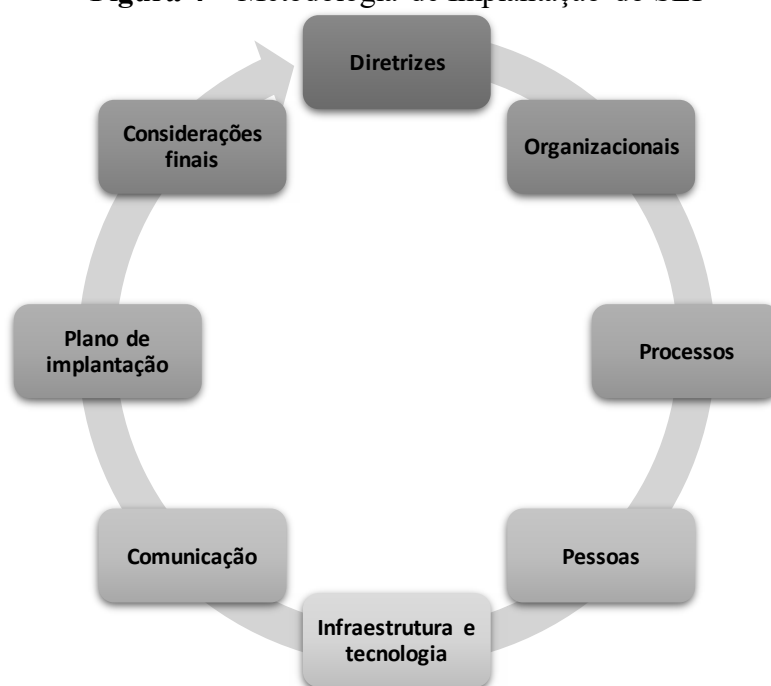
⁹ Ver Curso 2: <https://www.escolavirtual.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

avançadas. Embora não tenha sido objetivo desta pesquisa analisar tecnicamente essas funcionalidades, interessa-nos compreender em que medida esses instrumentos contribuem para o desenvolvimento das habilidades necessárias ao uso qualificado do SEI. Ao considerar que o domínio do sistema exige não apenas conhecimento técnico, mas também competências políticas, organizacionais e individuais, é fundamental refletir sobre a efetividade desses recursos formativos e identificar aspectos que possam ser aprimorados para fortalecer a literacia digital no contexto da administração pública.

4.2 METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO DO SEI

A Metodologia do SEI busca facilitar a compreensão por parte dos gestores e interessados acerca da implantação do sistema. Ela é composta por:

Figura 4 – Metodologia de Implantação do SEI



Fonte: Portal do Software Público Brasileiro (2015, com adaptações).

De acordo com o Portal do Software Público Brasileiro (2015), nas **Diretrizes** estão contidas as principais premissas para início da implantação do SEI. Nesse sentido, elas envolvem:

1. Apoio Institucional, sendo necessários a publicação de ato para instituição do SEI, apresentação da alta administração para servidores, ações de Endomarketing ao distribuir instrumentos que divulguem o apoio da alta administração e a importância dessa iniciativa, Formação de Multiplicadores para influenciar os demais servidores;
2. Estratégia de convencimento da alta administração;
3. Alinhamento com Missão, Valores e Visão da Instituição;
4. Previsão Orçamentária que envolve a Divulgação, Treinamento, Infraestrutura e Hospedagem, Suporte de TI, Mapeamento e Otimização de Processos e;
5. Modelo de Implantação que contempla implantação imediata e a paralela (Portal do Software Público Brasileiro, 2015).

Já as **Organizacionais** estão voltadas a essas mudanças tecnológicas digitais que ocorrem na organização e, por isso, abrangem:

1. A cultura organizacional e o uso do papel;
2. Gestão de mudanças;
3. Ferramentas para as mudanças;
4. Etapas que compõem a mudança que são Descongelamento (os colaboradores precisam ser informados dos seus erros e buscar melhorar), Mudança (quando eles experimentam um novo comportamento e adquire novas habilidades no SEI) e Recongelamento (ocorre na avaliação e recompensa para o colaborador pelas novas atitudes);
5. Ações indicadas para a mudança e;
6. O apoio da alta administração no processo de mudança (Portal do Software Público Brasileiro, 2015).

No que diz respeito aos **Processos**, busca-se trazer melhorias no fluxo de trabalho e processos de utilização. Com isso, é necessário:

1. Delimitar o escopo (contendo os processos no cronograma);
2. Diagnóstico e Mapeamento de processos de negócio (incluindo a análise de riscos);
3. Otimização dos processos de negócio;
4. Revisão dos procedimentos de gestão documental da instituição e;
5. Controle (Gov.br, 2020b).

Existe também a seção de **Pessoas**, ela é fundamental para esse contexto de transformações. Vale ressaltar que o principal modelo de gestão de pessoas adotado é a gestão por competências, tendo em vista que ela direciona o departamento e gestão a realizar o desenvolvimento de seu capital intelectual. Para isso, ela contempla tais subseções.

1. Equipes de trabalho;
2. Modelo de governança do SEI na organização;
3. Treinamento e desenvolvimento (tarefa de rotina);
4. Treinamentos indicados para uso do SEI (Treinamento em Serviço (TES), Treinamento Presencial, Treinamento à Distância, Visita Técnica, Reuniões Informativas, Encontros de Disseminação de Treinamento, Palestras e Workshop) e;
5. Sensibilização (Gov.br, 2020b).

Na **Infraestrutura e Tecnologia** é enfatizado a necessidade de possibilitar a infraestrutura necessária para a implantação do SEI, devendo ser providenciados mediante o prazo estabelecido no cronograma. Nesta seção, assim como diz respeito aos equipamentos, espaços e softwares, também engloba os servidores e sua capacitação. Já na **Comunicação** o intuito é fornecer esse diálogo com relação aos benefícios e resultados, como também no suporte de esclarecer dúvidas, sendo ela subdividida na Comunicação Interna e na Externa (Gov.br, 2020b).

Além disso, a seção do **Plano de Implantação** apresenta as atividades necessárias para a disponibilização do SEI na instituição. Ela é constituída pela:

1. Implantação do Piloto (definição das tarefas e seus respectivos objetivos que serão descritos no cronograma);
2. Configuração e Parametrização do SEI (inserir dados iniciais e informações no sistema);
3. Migração dos Dados e;
4. Cronograma de Implantação.

E as **Considerações Finais** que indicam o fechamento da Metodologia de Implantação do SEI (Gov.br, 2020b).

A Literacia Digital é refletida naturalmente em todas as seções que envolve os servidores, ainda que não a abordem diretamente. Sendo assim, ela está presente das diretrizes ao plano de implantação, considerando que o desenvolvimento das habilidades através da educação digital é essencial para utilização do SEI na instituição. E não é apenas uma ação estratégica para a implantação, mas também no desenvolvimento contínuo do colaborador e do órgão.

A metodologia de implantação do SEI, estruturada em múltiplas dimensões — diretrizes, organização, processos, pessoas, infraestrutura, tecnologia, comunicação e plano de

implantação — revela uma abordagem abrangente voltada à transformação digital nas instituições públicas. Embora a literacia digital não seja mencionada explicitamente em nenhuma dessas etapas, ela está implicitamente presente em todas as ações que envolvem os servidores, desde a preparação institucional até o uso efetivo do sistema. O desenvolvimento de habilidades digitais se torna, assim, um eixo transversal da implantação, fundamental não apenas para garantir a adaptação ao SEI, mas também para promover a autonomia e a qualificação contínua dos colaboradores. Portanto, investir em ações educativas voltadas à literacia digital não deve ser entendido como um complemento, mas como parte essencial da sustentabilidade e do êxito da transformação promovida pelo SEI.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A Arquivologia na contemporaneidade é impactada pelas transformações tecnológicas e exigências da sociedade da informação. Nesse contexto, a Literacia Digital emerge como um elemento estratégico, indispensável para a consolidação de uma Governança Arquivística sólida e alinhada às novas demandas. A Literacia Digital é mais do que domínio técnico, ela envolve a capacidade cognitiva para aprender, processar, aplicar e dominar plataformas digitais. Contudo, constatamos que no Brasil ainda há uma escassez de estudos que relacionem os conceitos de Literacia Digital aos arquivos, o que reforça a necessidade de ampliar os debates acadêmicos e práticos.

A Governança Arquivística, nesse cenário, deve ser compreendida de modo sistêmico, articulando políticas e ações que favoreçam o fazer arquivístico, uma vez que é composta por atores de diferentes contextos, possibilitando uma multiplicidade de perspectivas sob determinada lacuna e sua respectiva solução. Os estudos incorporados pelos portugueses, especialmente no que tange à abordagem sistêmica, pode orientar a construção de modelos capazes de enfrentar os desafios contemporâneos. Assim, a Literacia Digital, quando associada à visão sistêmica, configura-se em uma maximização de resultados entre os envolvidos, não se restringindo apenas ao arquivo ou instituição, mas para além deles, como outros órgãos, instâncias, agências etc.

Nesse processo, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é uma iniciativa fundamental nesses processos de modernização da gestão de documentos em ambientes digitais. A partir dessa pesquisa, identificamos que a implantação do SEI está configurada uma metodologia significativamente planejada. Esse processo envolve desde os processos técnicos até a capacitação dos servidores. Nesse sentido, os treinamentos oferecidos durante a implantação precisam ultrapassar esse momento inicial, abrangendo também a continuidade dessa capacitação, uma vez que o sistema é atualizado constantemente. Além disso, é essencial que haja um acompanhamento dessas atividades a longo prazo a fim de identificar metodologias que promovam o desenvolvimento da Literacia Digital.

Como se tratam de resultados parciais, as entrevistas ainda serão divulgadas, tendo em vista que precisamos apontar como funcionou na prática de implantação do SEI e as metodologias utilizadas de modo contínuo. Além disso, investigaremos as concepções construídas a partir dos portugueses neste contexto de pesquisa. Inclusive, é o que resultará também no produto científico do mestrado. Assim, o SEI é um “ponto de partida” para a construção de um modelo referencial de Literacia Digital no contexto organizacional direcionado especialmente aos sistemas digitais arquivísticos.

Ao aproximar a teoria das práticas vivenciadas nos ambientes organizacionais, buscamos proporcionar o fortalecimento da área tanto teórica, quanto prática através da atuação profissional diante das demandas da sociedade digital. Consideramos, portanto, que a finalização desse estudo contribuirá, significativamente, para o desenvolvimento tecnológico, científico e social do país, uma vez que estuda

um tema muito relevante para o contexto arquivístico e social brasileiro associado às inovações tecnológicas.

REFERÊNCIAS

AIRES, Luísa. Literacias Digitais: texto orientador. **Repositório Aberto**: Curso de formação para a docência online, mód. 1, jan. 2015. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6017/1/Literacias%20Digitais_Texto_Orientador_VF.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.

AGUIAR, Amanda Ingrid Silva de. **O papel fundamental do bibliotecário na promoção da Literacia Digital**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/56707/1/PapelBibliotec%c3%a1rioLiteraciaDigital_Aguiar_2023.pdf. Acesso: 4 dez. 2024.

ALMEIDA, Rita. **A Literacia Digital da Geração X em Portugal**: as diferenças entre homens e mulheres. 2023. Mestrado (Pós-graduação em Ciências da Comunicação) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, out. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/43708>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CAPOBIANCO, Lígia. **Comunicação e Literacia Digital na internet**: estudo etnográfico e análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital ACESSA SP – PONLINE. 2010. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-16062010-110410/publico/LITERACIADIGITALECOMUNICACAO.pdf>. Acesso: 6 fev. 2023.

CERQUEIRA, Lílian. Literacia Digital: Biblioteca Universitária como recurso auxiliar à Literacia Acadêmica. **Revista PMBA em Foco**, Salvador, vol. 4, 2022. Disponível em: <http://www.revistapmbaemfoco.pm.ba.gov.br/index.php/emfoco/article/view/76/33>. Acesso: 4 dez. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **Plano de Ação para a Educação Digital — Ação 7**. out., 2022. Disponível em: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/focus-topics/digital-education/action-plan/action-7>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DANTON, Gian. Metodologia Científica. **Virtual Books Online**: Pará de Minas, 2002. Disponível em: <https://xoomer.virgilio.it/leonildoc/pdf/metodo1.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2023.

FERREIRA, Olga; DIEGUEZ, Teresa; TERRA, Ana Lúcia. Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas Bibliotecas de Ensino Superior: um estudo de caso. **Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA**: Intercâmbio, Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares. Eliete Correia dos Santos, Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Alzira Karla Araújo da Silva (organizadores). EDUEPB: Campina Grande, 2017.

FREITAS, Maria Cristina Vieira de. **Arquivologia custodial ou pós custodial? Eis a questão?** Oficina Universitária: Cultura Acadêmica, Marília, p. 13-42, 2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j3pqj/pdf/jorente-9788579839047-03.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.

GALDINO, Antonio Carlos. Uma reflexão sobre os limites da gestão de documentos na governança dos arquivos públicos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano IV, Nº 7, p. 30-41, outubro de 2018. Disponível em: <http://www.arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/829835/Uma-reflexao-sobre-os-limites-da-Gestao-de-Docmentos-na-governanca-dos-arquivos-publicos.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806?locale-attribute=pt_BR&locale=en. Acesso em: 11 fev. 2022.

GONÇALVES, Gisela Alexandra Martins. **Educação de adultos e Literacia Digital - Caminhos para a inclusão**. 2022. Dissertação (Pós-graduação em Educação e Formação) – Universidade de Lisboa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/52737/1/ulfpie056742_tm.pdf. Acesso: 4 dez. 2024.

GOV.BR. **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>. Acesso em: 27 mar. 2025.

GOV.BR. **Metodologia de implantação**. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/processo-eletronico-nacional/destaques/material-de-apoio-2/documentacao-sei/metodologia-de-implantacao/metodologia-de-implantacao>. Acesso em: 31 mar. 2025.

JARDIM, José Maria. Governança Arquivística: um território a ser explorado. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, Nº 7, p. 12-23, out. de 2018a. Disponível em: https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/130/79. Acesso em: 26 set. 2024.

JARDIM, José Maria. Governança arquivística contornos para uma noção. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n.3, p. 31-45, set./dez. 2018b. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987/994>. Acesso em: 24 mar. 2024.

LOUREIRO, Ana; ROCHA, Dina. **Literacia Digital e Literacia da Informação: competências de uma era digital**. Portugal: EDUCA2012 - II Congresso Internacional TIC e Educação, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, p. 2726 - 2738, 2012. Disponível em: https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/758/1/artigo-ticeduca2012_ana%26dina_final.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.

MALUF, Izabela Mirna Pinto. **Governança Arquivística Pública Institucional como meio de viabilização e melhoria do gerenciamento arquivístico e da gestão de documentos: protótipo para a elaboração de modelo para implementação**. 2023. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/64008/3/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20-%20IZABELA%20MIRNA%20PINTO%20MALUF%20-%20arquivo%20final%20reparado.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MALUF, Izabela Mirna Pinto; SILVA, Welder Antônio. A noção de governança arquivística no contexto brasileiro: em busca de perspectivas de observação. **Ágora**, Florianópolis, v. 34, n. 68, p. 01-21, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1204>. Acesso em: 31 out. 2024.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. Governança Arquivística em instituições de memória. **Governança Arquivística em Organizações Públicas e Privadas no Brasil: teoria e prática**. Francisco José Aragão Pedroza Cunha, Maria Teresa Navarro De Britto Matos, Gillian Leandro De Queiroga Lima (organizadores). EDUFBA: Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35442/1/governanca-arquivistica-REPO.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.

OLIVEIRA, Hugo; PINTO, Maria Manuela. Da preservação da informação ao repositório confiável. **Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA: Intercâmbio, Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares**. Eliete Correia dos Santos, Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Alzira Karla Araújo da Silva (organizadores). EDUEPB: Campina Grande, 2017.

PEREIRA, Luís Miguel Gonçalves. **Conceções de Literacia Digital nas políticas públicas: estudo a partir do Plano Tecnológico da Educação**. 2011. Tese (Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) - Universidade de Minho, Portugal, dez. 2011. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19825/1/Lu%c3%ads%20Miguel%20Gon%c3%a7alves%20Pereira.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.

PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Visão Geral**. 2015. Disponível em: <https://softwarepublico.gov.br/social/sei/manuais/manual-do-usuario/visao-geral/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

RAMOS, Ana Paula dos Santos. Gestão dos processos administrativos de RH: indícios da necessidade de adoção da noção de governança arquivística na esfera pública municipal. **Ágora**, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 01-15, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/993/969>. Acesso em: 21 fev. 2025.

ROCHA, Carla Fernanda Carvalhido da; TERRA, Ana Lúcia. Mudanças na comunicação organizacional: a gestão do e-mail numa Instituição de Ensino Superior. **Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA: Intercâmbio, Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares**. Eliete Correia dos Santos, Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Alzira Karla Araújo da Silva (organizadores). EDUEPB: Campina Grande, 2017.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia Científica. **FAETEC/IST**: Paracampi, 2007. Disponível em:

http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/Willian%20Costa%20Rdrigues_metodologia_cientifica.pdf. Acesso em: 29 dez. 2022.

SANTOS, Ana Carolina Soares. **Os impactos da Literacia Digital para a Arquivologia contemporânea**: a realidade do corpo funcional dos arquivos da CAGEPA, PBPREV e SEAD. 2023. Monografia (Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa, jun. 2023. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/29533/4/TCC%20-%20Ana%20Carolina%20Soares%20Santos>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SANTOS, Ana Carolina Soares et al. A Literacia Digital nas práticas arquivísticas: uma revisão da literatura. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v.15, n.10, p. 12522-12545, 2023. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/2098/1697>. Acesso: 4 dez. 2024.

SANTOS, Rita; AZEVEDO, José; PEDRO, Luís. **Literacia(s) digital(ais)**: definições, perspectivas e desafios. Portugal: Impactum - Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 15, n.27, 2015. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_27_1/2721. Acesso em: 8 fev. 2022.

SANTOS, Ana Carolina Soares; SANTOS, Eliete Correia dos. Os impactos da Literacia Digital para a arquivologia contemporânea: a realidade do corpo funcional dos arquivos da CAGEPA, PBPREV e SEAD. **Archeion Online**, João Pessoa, v.11, Edição Especial-SESA, p.20-37, set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/67593/38257>. Acesso: 4 dez. 2024.

SANTOS, Ana Carolina Soares; SANTOS, Eliete Correia dos. A contextualização da literacia digital nas práticas sociais e arquivísticas: uma análise das produções científicas na Arquivologia. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 13, ed. esp., p. 79–94, jan./mar. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/72573/41172>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SILVA, Anahi Rocha. **Matriz de Modelo Estrutural de Governança Arquivística para Comunicações Presidenciais em Redes Sociais**. 2022. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, mar. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8f215452-5932-4fe1-84b5-4fcb7ee5e435/content>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SILVA, Armando Malheiro da. Inclusão Digital e Literacia Informacional em Ciência da Informação. **Prisma.com**: Portugal, n. 7, p. 16-43, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87344>. Acesso em: 2 fev. 2022.

SILVA, Armando Malheiro da. O Método Quadripolar e a Pesquisa em Ciência da Informação. **Prisma.com**: Portugal, n.º 26, p. 27-44, 2014. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1861/1694>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SILVA, Roberto Cezar de Carvalho e. **Literacias Digitais: Um framework para avaliação de programas voltados para redução das desigualdades digitais, por meio do ensino das TIC.** 2012. Dissertação (Pós-graduação em Informática) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), Belo Horizonte, mar. 2012. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Informatica_SilvaRCC_1.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

TRF-4. **TRF4 assina cessão de uso do SEI com seis instituições.** 2020. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=15524#:~:text=Atualmente%2C%20est%C3%A1%20em%20uso%20em,de%20associa%C3%A7%C3%B5es%20e%20outras%20entidades. Acesso em: 27 mar. 2025.